

ILMO(A). SR(A). PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO

PMAG
Fls. 738
Rub. <i>[assinatura]</i>

REF.: PROCESSO LICITATÓRIO N.º 103/2020
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 4/2020
RECURSO CONTRA A DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA

ELÉTRICA CONFIANÇA LTDA., por seu representante legal infra-assinado, já qualificados no processo acima, com fulcro na alínea b, inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666/93, vem, tempestivamente, na r. presença de Vossa Senhoria, a fim de interpor o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO.

Em face da r. decisão dessa DD. Comissão Licitatória que desclassificou a recorrente, o que o faz declinando os motivos de seu inconformismo no articulado a seguir, *data venia*, para os devidos fins.

I – DOS FATOS SUBJACENTES:

Atendendo à convocação dessa r. Instituição para o certame licitacional supramencionado, veio a recorrente dele participar com outras licitantes, pelo que apresentou proposta almejando ser contratada. Sucede que, depois de ter sido habilitada no pleito, teve a sua proposta desclassificada durante a abertura de documentação, sob a r. alegação de que a

[assinatura]
[assinatura]
[assinatura]

mesma deixara de apresentar o registro de atestado de capacidade técnica sob o n.º CAT 260229 junto ao CREA/MT local e que, *ipso facto*, tal documento estaria em desacordo com as exigências do termo licitatório. Portanto o desiderato do presente apelo fundamenta-se nas questões de fato e de Direito aplicáveis à espécie, dizendo-se, para tanto, o quanto segue:

II – DAS RAZÕES DA REFORMA:

A decisão sob comento, merece, com o devido respeito, ser reformada, veja-se: a) a r. Comissão de Licitação realizou abertura dos envelopes de habilitação e, em seguida, a abertura das propostas e antes da etapa de lances decidiu que os licitantes participantes deveriam se retirar da sala, descaracterizando dessa forma o pregão presencial conforme Lei 8666/93; b) a desclassificação da recorrente se deu sumariamente sob os r. argumentos, insistindo-se, de que a recorrente apresentara a referida CAT sem o competente registro do atestado de capacidade técnica junto ao órgão respectivo; c) por último, diante da imposição do pregoeiro de que as empresas desclassificadas não poderiam se manifestar durante a sessão afirmando de que nada adiantaria as tentativas e solicitações de esclarecimentos, pois tais manifestos só poderiam ocorrer através da interposição de recurso, como ora se faz.

III – DO DIREITO

Inicialmente, ilustre senhor(a) presidente, cumpre se esclarecer que a ausência involuntária da apresentação do atestado deu-se, tão somente, por culpa exclusiva do CREA/MT, acreditando-se por igual modo tenha sido involuntária, ao não responder em tempo hábil ao oportuno pedido da recorrente de dito atestado via protocolo(cópia em anexo), por certo motivada pelas medidas protetivas contra a atual pandemia de Coronavírus - COVID/19 que assola o país e o mundo, de todos sabido.

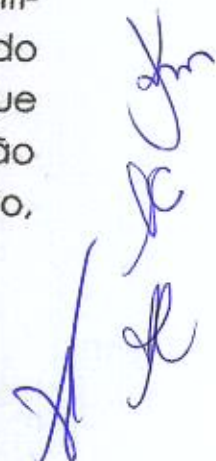
[Handwritten signatures]

Destarte, o referido órgão não se manifestou nas inúmeras oportunidades em que foi formulado o pedido do atestado, certamente, quer-se crer, em razão das naturais dificuldades surgidas nas atuais circunstâncias, basta se ver os documentos comprobatórios em anexo.

Aliás, senhores, sobre o tema, apenas ao argumento, a recorrente pede vênia para tecer alguns comentários pertinentes a saber: que o avanço do Coronavírus - COVID 19, insistindo, de amplo conhecimento, vem apresentando impactos significativos na atividade econômica mundial, inclusive em nosso País. Diante das ações rápidas feita por governos de diferentes países, de rigor o Brasil, o temor de uma crise global de abastecimento já provoca revisões significativas em indicadores, como o PIB global. Neste cenário, há que se ter uma atenção especial para as consequências da crise sobre as cadeias globais de suprimentos, com uma avaliação clara das suas consequências jurídicas.

Daí, que o Coronavírus-Covid-19, s.m.j., é uma situação que caracteriza caso fortuito ou força maior. A situação, sem exclusão, foi declarada como **emergencial** em vários países do mundo, pois até o momento não havia história de uma situação que tivesse gerado toques de recolhimento globais como está ocorrendo com a atual pandemia. Desta feita, o Coronavírus-Covid-19 está mudando a história da própria humanidade o que o torna um fato suficientemente relevante e imprevisível a ponto de caracterizá-lo como caso fortuito ou força maior. Veja-se, a respeito declaração do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA, em anexo, que bem esclarece a situação.

Por outro lado, ainda ao argumento, a qualificação técnica tem a finalidade de aferir a aptidão técnica do licitante conferindo segurança à Administração Pública de que o mesmo possui pleno conhecimento técnico para a execução do contrato, caso se sagre vencedor do certame. Neste sentido,



Joel de Menezes Niebuhr¹ descreve que a "Administração Pública, ao avaliar a qualificação técnica dos licitantes, pretende aferir se eles dispõem dos conhecimentos, da experiência e do aparato operacional suficiente para satisfazer o contrato administrativo."¹

PMAG
Fls. 741
Rub. *[assinatura]*

Dentre os documentos arrolados taxativamente pela Lei de Licitações para cobrar dos licitantes para fins de qualificação técnica, existem os atestados de capacidade técnica que estão estipulados no artigo 30, II e § 1º, I, da Lei n. 8.666. Os atestados de capacidade têm a finalidade de comprovar para a Administração Pública, por intermédio de um documento subscrito por terceiro alheio à disputa licitatória, de que o licitante já executou o objeto licitado em outra oportunidade e a referida execução foi a contento, o que gerará confiança e segurança à Administração licitadora de o aludido licitante possuir expertise técnica.

Marçal Justen Filho² enaltece a relevância do atestado ao discorrer que "em todo o tipo de contratação pode cogitar-se da exigência de experiência anterior do licitante como requisito de segurança para a contratação administrativa. Aliás até se pode afirmar que em muitos casos a capacitação técnica operacional se evidencia como a única manifestação de experiência anterior relevante e pertinente.

Convém destacar, no entanto, que a interpretação do artigo 30 no que concerne aos atestados, deve ser cautelosa e primar pela finalidade precípua da exigência, qual seja: a demonstração de que os licitantes possuem condições técnicas para executar o objeto pretendido pela Administração caso venha a sagrar-se vencedor.

Portanto, a apresentação de atestados visa demonstrar que os licitantes já executaram, anteriormente, objetos compatíveis em características com aquele definido e almejado

¹ NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo. Curitiba: Zenite, 2008, pág. 233.

² JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 11. Ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 332. 3 Le Droit Administratif Français, Paris, 1968, p. 610.

[assinatura]
[assinatura]
[assinatura]

na licitação. A finalidade da norma é clara: resguardar o interesse da Administração - a perfeita execução do objeto da licitação, procurando-se, com a exigência de demonstração de capacidade, preservar a competição entre aqueles que reúnam condições de executar objeto similar ao licitado. Aliás, a própria Constituição da República assevera no inciso XXI de seu art. 37, in fine, que somente serão permitidas as exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. Por todas estas razões, não resta dúvida de que os agentes públicos ao examinarem os atestados deverão atuar com esteio nos princípios, dentre outros, da razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e do formalismo moderado.

Contudo, não se deve excluir quaisquer licitantes por equívocos ou erros formais atinentes à apresentação do atestado, até porque, lembrando escólios de Benoit, o processo licitatório não é uma verdadeira gincana ou comédia. No entanto, ao se prescrever que a licitação é um processo administrativo formal nos termos do artigo 4º da Lei nº 8.666/1993 não significa formalismo excessivo e nem informalismo, e sim um formalismo moderado. Como dito por Hely Lopes Meirelles, "a orientação é a dispensa de rigorismos inúteis e a não exigência de formalidades e documentos desnecessários à qualificação dos interessados em licitar."³

Nesta mesma linha de afastar possíveis formalismos excessivos nos atestados, o Tribunal de Contas da União tem posicionamento sólido e inclusive determina que havendo qualquer dúvida nos atestados é dever da Administração Pública realizar a competente diligência ou melhor dizendo, as exigências para o fim da habilitação ser compatível com o objeto da licitação, evitando-se o formalismo desnecessário. Tanto é verdade Ilmo(a) que a peticionária, após muita insistência, obteve junto ao CREA/MT o destacado registro do atestado do CAP para os devidos fins.

³ MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo. 2. Ed. São Paulo: RT, 1985, pág. 122. (...).



jm
el
sc

Desta feita, caberia no máximo, *data venia*, por parte da instituição promotora da licitação "promover diligência destinada a esclarecer a questão, indagando do CREA/MT se já havia resposta ao protocolo anunciado, o que não configuraria irregularidade qualquer que fosse a resposta obtida.

Veja-se trecho de precedente no mesmo rumo em Acórdão da lavra do ilustre Relator João Augusto Nardes no âmbito do Tribunal de Contas da União, sob o n.º TC-002.147/2011-4, Acórdão nº 11.907/2011-Segunda Câmara, ao determinar recomendação a uma prefeitura municipal nos seguintes termos: "(...)para que qualifique, em procedimentos licitatórios com recursos federais, as exigências formais menos relevantes à consecução do objeto licitado, estabelecendo nos editais medidas alternativas em caso de descumprimento dessas exigências por parte dos licitantes, objetivando evitar a desclassificação das propostas, visando a atender ao princípio do formalismo moderado e da obtenção da proposta mais vantajosa à Administração, sem ferir a isonomia entre os partícipes e a competitividade do certame."

Ecoando a mesma diretriz do Tribunal de Contas da União, o Poder Judiciário tem decidido favorável ao formalismo moderado, evitando excessos, veja-se:

"PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. CARTA CONVITE. EXIGÊNCIA EDITALÍCIA COM FORMALISMO EXCESSIVO. DESCLASSIFICAÇÃO. AUSÊNCIA DE PLAUSIBILIDADE. 1. Recurso especial oposto contra acórdão que concedeu segurança postulada pela empresa recorrida por ter a recorrente a desclassificado em procedimento de licitação carta convite, ao entendimento de que a CEF teria feito, em seu edital licitatório, exigência com um formalismo excessivo, consubstanciado que a licitante apresentasse, junto com sua proposta, catálogos técnicos ou prospectos do sistema de ar-condicionado, que foi objeto do certame. 2. A fim de resguardar o interesse público, é assegurado à Administração instituir, em procedimentos licitatórios, exigências referentes à capacidade técnica e econômica dos licitantes. No entanto, é ilegal a desclassificação, na modalidade carta convite, da proposta mais vantajosa ao argumento de que





nesta não foram anexados os manuais dos produtos cotados, cuja especificação foi realizada pela recorrida. 3. Recurso não provido". (Superior Tribunal de Justiça, REsp 657.906/CE, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, julgado em 04/11/2004, DJ 02/05/2005, p. 199).

"ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – FORMALIDADES: CONSEQÜÊNCIAS 1. Repudia-se o formalismo quando é inteiramente desimportante para a configuração do ato. 2. Falta de assinatura nas planilhas de proposta da licitação não invalida o certame, porque rubricadas devidamente. 3. Contrato já celebrado e cumprido por outra empresa concorrente, impossibilitando o desfazimento da licitação, sendo de efeito declaratório o mandado de segurança. 4. Recurso provido". (Superior Tribunal de Justiça, RMS 15.530/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 14/10/2003, DJ 01/12/2003, p. 294).

Demais a mais Ilmo(a), a interpretação dos termos do Edital não pode, com a devida vênia, conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta.

Na presente condição, o ato desclassificatório entende-se ter sido desproporcional e desarrazoado, mormente tendo-se em conta que não houve negligência, pura e simples por parte da recorrente na obtenção do aludido registro, mas sua impossibilidade por culpa exclusiva de terceiros (CREA/MT), possivelmente dada às circunstâncias atípicas vividas por todos no presente momento.

Sem embargo, existe no processo de licitação a inegável predominância dos princípios da legalidade e igualdade (CF, art. 5º, caput, inc. II). Com efeito, destaca-se na presente condição que se houve alguma dúvida suscitada pela própria licitante, ora recorrente, sobre a falta de registro do atestado de capacidade técnica, em especial por flagrante falha do CREA/MT, seria dever do agente público, com a devida vênia, caso entendesse não serem suficientes os documentos comprobatórios anexados à documentação, buscar a verdade material

dos fatos efetuando concreta e formalmente uma diligência para a correlata comprovação.

Neste raciocínio, observe-se a decisão abaixo em que o Tribunal de Contas da União determinou ao Pregoeiro a realização de diligência para esclarecer as informações contidas em atestados de capacidade técnica em Licitação sob a modalidade pregão, *in verbis*:

"As informações demandadas nos atestados a serem apresentados por licitantes, para o fim de comprovação de capacidade técnica, devem ser dotadas de clareza, sendo que, no caso de dúvidas, cabe ao gestor público valer-se da faculdade contida no § 3º art. 43 da Lei 8.666/1993, promovendo diligências, para saneamento dos fatos, se necessário (...). Mesmo admitindo, ainda consoante o relator, "que fosse necessária a comprovação da operação simultânea dos 315 PA em uma única instalação física para a aferição da capacidade técnica, não é possível afirmar que isso não ocorreu a partir do que está escrito no atestado em questão". Nesse ponto haveria, destarte, inferência por parte da (omissis) baseada em interpretação restritiva do texto do atestado. Destacou o relator que "se havia dúvidas a respeito do conteúdo do atestado, caberia ao gestor, zeloso, recorrer ao permissivo contido no § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993 e efetuar diligência à (...). para esclarecê-las, providência que não foi tomada."

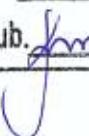
Indevida, portanto, na forma de ver do ilustre relator, a inabilitação da empresa, o que o levou a votar por que se determinasse à (omissis) que adotasse as providências necessárias no sentido de tornar nulos os atos administrativos que inabilitaram e desclassificaram a proposta da empresa, o que foi aprovado pelo Plenário. Precedente citado: Acórdão nº 2521/2003, Plenário. (Informativo de Jurisprudência sobre Licitações e Contratos nº 73 do Tribunal de Contas da União, Acórdão nº 1924/2011-Plenário, TC-000.312/2011-8, Rel. Min. Raimundo Carreiro, 27.07.2011).

No mesmo sentido é a orientação do Superior Tribunal de Justiça:

PMAG
Fls. 745
Rub. *km*

km
de
de

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EFEITO SUSPENSIVO. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE PENDENTE. SÚMULAS 634 E 635 DO STF. EXCEPCIONALIDADE. FUMUS BONI IURIS E PERICULUM IN MORA PRESENTES. (...) 7. Adequado, em face das peculiaridades do caso, prestigiar a competência da Comissão de Licitação, que pode promover "diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo" (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993), dispositivo legal prequestionado e suscitado no Recurso Especial (fumus boni iuris). 8. Quanto ao *periculum in mora*, é incontroverso que a requerente presta serviços de locação de 622 veículos ao Município, e que o contrato firmado em 12.5.2010 foi declarado nulo em 11.5.2011, por conta do acórdão recorrido. Adicionalmente, relevante a iminente ampliação da despesa pública municipal, em R\$ 283.244,00 mensais, para a prestação do mesmo serviço. 9. Agravo Regimental provido". (Superior Tribunal de Justiça, AgRg na MC 18.046/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 28/06/2011, DJe 02/08/2011).

PMAG
Fls. 341
Rub. 

Portanto, a exigência e a demonstração de capacidade técnica por meio dos atestados têm o escopo de resguardar a Administração Pública de que o licitante possui expertise e aptidão técnica, caso seja o vencedor do certame e venha a ser contratado. Neste prisma, os documentos apresentados no envelope de habilitação deverão ser apreciados e interpretados sempre preconizando a teleologia (finalidade) do documento para a consecução do interesse público.

Demais disso, Ilmo(a), causou estranheza à recorrente o fato de que em recente certame licitatório promovido por essa mesma r. Comissão de Licitação, sob o n.º 056/2020 e Tomada de Preços n.º 001/2020 em que igualmente tomou parte como licitante, não houve qualquer referência editalícia sobre tal exigência, o que se respeita, mas que não se consegue conceber diante da existência de diferentes ritos públicos para um mesmo propósito.

III – DOS PEDIDOS:

Em face do exposto e tendo na devida conta que a recorrente poderia oferecer preços efetivamente menores






e, por conseguinte, os mais vantajosos para a Administração, requer o provimento do presente recurso, com efeito suspensivo para: a) com fundamento do art. 49, da Lei nº 8666/93, declarar-se nulo o julgamento das propostas em todos os seus termos; b) seja, alternativamente, proferido por essa r. Comissão de Licitação novo julgamento, considerando a juntada do competente registro do atestado da retromencionada CAT em anexo, validando a proposta da recorrente para alcançar o adequado resultado classificatório, o qual, por certo, resultará na adjudicação do objeto licitado à subscrite, visto que os equipamentos ofertados apresentam alta tecnologia e preços bastante competitivos.

Outrossim, amparada nas razões recursais, requer, por fim, que essa r. Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça o presente apelo subir à autoridade superior em consonância com o previsto no § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93, comunicando-se aos demais licitantes para as devidas impugnações, se assim o desejarem, conforme previsto no § 3º, do mesmo artigo do Estatuto Legal. Agindo assim, fique certo(a) V.S. de estar praticando mais um ato de equidade, costumeiro em suas r. decisões. É o que se espera.

Nestes Termos,
RESPEITOSAMENTE,
Pede e aguarda deferimento.

Rondonópolis/Alto Garças, 17 de setembro de 2020.


P/ELÉTRICA CONFIANÇA LTDA.

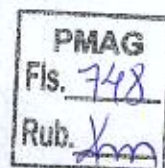
Elétrica Confiança - LTDA-ME
CNPJ: 02.744.470/0001-95
Altair P. Nunes
Diretor





ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

PROCIUNCLA & CIA LTDA - EPP, estabelecida à Av. Amazonas, nº 1329, Bairro Centro em Rondonópolis/MT, Telefone: (66) 3421-5500/ (66) 3423-4080, inscrita no CNPJ Nº 02.815.516/0001-10, atesta para os devidos fins que o profissional Engenheiro Eletricista Eudaldo Alves Ferreira, CREA/MT 03453/D, responsável técnico da empresa **ELÉTRICA CONFIANÇA LTDA ME**, inscrita no CNPJ Nº 02.744.470/0001-95 estabelecida na Av. Bahia, nº 508, Bairro Cidade Salmen em Rondonópolis/MT, Telefone: (66) 3423-5645 prestou serviços com as seguintes características:



RESPONSÁVEL TÉCNICO: Eudaldo Alves Ferreira

ART DE EXECUÇÃO: Nº 1701480


ENDEREÇO DA OBRA: Rua: Dom Pedro II, Área Urbana, Bairro Centro Rondonópolis/MT, PERÍODO DE EXECUÇÃO 26/07/2013 a 26/07/2013

DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:




- ✓ Execução de rede de distribuição de energia elétrica de 300 KVA.

Declaramos ainda, que a empresa executou todos os serviços dentro do prazo e demais condições estabelecidas, obedecendo aos padrões de qualidade exigidos, não havendo nada que a desabone tecnicamente ou operacionalmente.

Rondonópolis-MT, 13 de Fevereiro de 2020.


SERGIO PINHEIRO DA PROCIUNCLA
DIRETOR GERAL
CPF: 593.329.051-34


EMERSON FERREIRA DOS SANTOS
ENGENHEIRO CIVIL
CREA Nº 046418 MT



Certidão de Acervo Técnico - CAT CREA - MT

Resolução nº 1.025, de 30 de out. de 2009

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

Página

PMAG
Fls. 749
Rub. *[assinatura]*

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Mato Grosso

261931

ATIVIDADE CONCLUÍDA

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Mato Grosso - CREA/MT, o Acervo Técnico do profissional **EUDALDO ALVES FERREIRA** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profiss **EUDALDO ALVES FERREIRA**

Registr MT03453/D

RNP 1204150290

Título Profissão **ENGENHEIRO ELETRICISTA**

Número de ART: **1701480**

Tipo de ART: **Execução**

Registrada em: **26/07/2013**

Baixada em: **26/07/2013**

Forma de Registro:

Participação técnica:

INDIVIDUAL/PRINCIPAL

Empresa Contratada: **ELETRICA CONSTANCA LTDA - ME**

Contratante: **PROCIUNCLA & CIA LTDA - EPP**

CPF/CNPJ: **02.815.516/0001-10**

Endereço da obra/Serviço: **RUA D. PEDRO II - PEREIRA CONFECÇÕES**

Nº: **0**

Complemento: **ÁREA URBANA**

Cidade: **RONDONÓPOLIS**

Bairro:

UF: **MT**

CEP: **78700000**

Data de Início: **26/07/2013** Conclusão efetiva: **26/07/2013**

Proprietário: **PROCIUNCLA & CIA LTDA - EPP**

CPF/CNPJ: **02.815.516/0001-10**

Atividade Técnica:

Descrição da Obra/Serviço:

1 - EXECUÇÃO

REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELE

Quant:

Und:

300,00

KVA

Descrição Complementar/Resumo do Contrato:

Execução de projeto elétrico de extensão de 50 metros de rede de distribuição aérea urbana trifásica em 13,8KV, para instalação de um transformador trifásico de 300KVA, para atender a Pereira Confeções na rua D. Pedro II, Centro em Rondonópolis - MT.

Informações Complementares

O atestado protocolizado no CREA-MT sob número: **2020009312**

está registrado com as CAT's número(s):

261931

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 025399a 025399 o atestado contendo 1 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº **261931 / 2020**

21 de Setembro de 2020 Hora: **13:08:104**

A autenticidade e a validade desta certidão devem ser confirmadas no site do Crea-MT (www.crea-mt.org.br, em ART OnLine - CAT).

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

A CAT é válida em todo o território nacional.

O atestado está registrado apenas para atividades técnicas constantes da ART, desenvolvidas de acordo com as atribuições do profissional.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Mato Grosso

Av. Rubens de Mendonça, 491 - CEP: 78.008-000

Tel: (65) 3315-3000, E-mail: atendimento@crea-mt.org.br



CREA-MT
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
do Estado de Mato Grosso

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

Emerson Ferreira

De: Emerson Ferreira <emerson@eletricaconfianca.com>
Enviado em: quarta-feira, 16 de setembro de 2020 16:49
Para: 'insp.rondonopolis@crea-mt.org.br'
Cc: 'atendimento@crea-mt.org.br'
Assunto: CAT COM REGISTRO

PMAG
Fls. 750
Rub. *[assinatura]*

Controle:

Destinatário

Ler

'insp.rondonopolis@crea-mt.org.br'

'atendimento@crea-mt.org.br'

Lida: 16/09/2020 21:18

Boa tarde!!

Enviamos requerimento de CAT com registro de atestado sob protocolo nº 2020009312 precisamos pegar esse documento com máxima urgência, para participar de uma licitação porém não conseguimos falar aí no CREA Rondonopolis como esta sendo atendimento ?? e por agendamento ??

Desde já obrigado no aguardo.

Att.

Emerson Ferreira dos Santos
Engenheiro de Planejamento
ELETRICA CONFIANÇA LTDA - ME - Rondonópolis - MT
+55 66 9-9999-4465 | +55 66 3423-5645 | emerson@eletricaconfianca.com



mesas recep

Inspetoria de
terça-feira (1

Offline - Google Chrome

curicaca.crea-mt.org.br/webchat/email/offline-mail.jsp?workgroup=ate...



CREA-MT

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
do Estado de Mato Grosso

PMAG
Fls. 751
Rub. *[signature]*

Chat indisponível

Desculpe-nos, mas não há ninguém online para atender sua solicitação. Tente novamente mais tarde.

Close Window

powered by GTI

promissao,
incentivo fiscal

e economia de MT

o You Tube

[Handwritten signatures]



📍 Av. Historiador Rubens de Mendonça, 491
Bairro Araés - CEP: 78005-725 - Cuiabá - MT

☎ Telefones :
0800-647-3033 (Somente Ligação por Telefone Fixo)
(65) 3315-3000
(65) 3315-3001
(65) 3315-3003

✉ E-mail : atendimento@crea-mt.org.br

Atendimento Sede:
SEG a SEX / 08:00 às 17:30

 [Google Play \(https://play.google.com/store/apps/details?id=br.creamt.app\)](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.creamt.app)

 [App Store \(https://itunes.apple.com/br/app/crea-mt/id1325249799?mt=8\)](https://itunes.apple.com/br/app/crea-mt/id1325249799?mt=8)

MENU RÁPIDO

Perguntas Frequentes (</portal/perguntas-frequentes/>)

CREAJR (</portal/crea-jr>)

Ouvidoria (<http://ouvidoria.crea-mt.org.br/>)

eCrea (<https://ecrea.crea-mt.org.br>)

Intranet (<http://apolo.crea-mt.org.br/>)

Sistema de Fiscalização (<https://minerva.crea-mt.org.br/>)



(<http://crea-mt.implanta.net.br/portalttransparencia/#publico/inicio>)



Crea-MT
4.290 curtidas

Curtir Página

Compartilhar

Seja a primeira pessoa entre seus amigos a curtir isso.



© 2020 - CREA-MT - Todos os direitos reservados

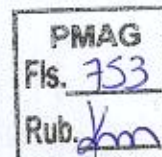
Sobre o Crea-MT (</portal/sobre-o-crea-mt/>) / Ouvidoria (<http://ouvidoria.crea-mt.org.br/>) /

Perguntas Frequentes (</portal/perguntas-frequentes/>) / Contato (</portal/contato/>) /

Atendimento Online

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Data do Despacho: 04/03/2020 - 17:08
Despachante: COORDENADORIA DE ACERVO TÉCNICO (CATE)
Data do Recebimento: 12/03/2020 - 14:38
Sector de Destino: INSPETORIA DE RONDONÓPOLIS



21/02/2020 - 17:58 - COORDENADORIA DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO (CATP)

Data do Despacho: 21/02/2020 - 17:58
Despachante: COORDENADORIA DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO (CATP)
Data do Recebimento: 04/03/2020 - 09:16
Sector de Destino: COORDENADORIA DE ACERVO TÉCNICO (CATE)

20/02/2020 - 13:13 - COORDENADORIA DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO (CATP)

Data do Despacho: 20/02/2020 - 13:13
Despachante: COORDENADORIA DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO (CATP)
Data do Recebimento: 20/02/2020 - 13:13
Sector de Destino: COORDENADORIA DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO (CATP)

Voltar

Novidades CREA-MT

CER do Crea-MT torna pública composição das mesas receptoras e escrutinadoras (<https://www.crea-mt.org.br/portal/cer-do-crea-mt-torna-publica-composicao-das-mesas-receptoras-e-escrutinadoras/>)

Crea-MT entrevista presidente da Fiemt, eng. civil Gustavo de Oliveira que destaca profissão, incentivo fiscal e economia de MT (<https://www.crea-mt.org.br/portal/regional-entrevista-presidente-da-fiemt-eng-civil-gustavo-de-oliveira-que-destaca-profissao-incentivo-fiscal-e-economia-de-mt/>)

Crea Mato Grosso realizada plenária do mês de setembro com medidas protetivas contra o Covid-19 (<https://www.crea-mt.org.br/portal/crea-mato-grosso-realizada-plenaria-do-mes-de-setembro-com-medidas-protetivas-contr-o-covid-19/>)

BAIXE AGORA O APLICATIVO



CREA-MT
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso

DISPONÍVEL NO

 Google Play

 Baixe na App Store

(<http://onelink.to/t7bqx2>)

Atendimento Online

[Handwritten signatures]

ACESSIBILIDADE (/portal/acesibilidade/) | OUVIDORIA (<http://ouvidoria.crea-mt.org.br>)

CONTATO (/portal/contato/)

/ProdApoloMTsql/servlet

/org.creamt.apolo.prod.hcrea_login)

✉ (<http://webmail.crea-mt.org.br>)

(/portal/)

CREA-MTConselho Regional de Engenharia
e Agronomia de Mato Grosso

Encontre o que procura...

Acessibilidade: (<https://www.crea-mt.org.br/portal/acesibilidade/a-acesibilidade-do-crea-mato-grosso/>) A+A- ⓘ (<http://vlibras.gov.br>)HOME (<https://www.crea-mt.org.br/portal/>)

INSTITUCIONAL ▾

ART ▾

SERVIÇOS ▾

LEGISLAÇÃO ▾

PROFISSIONAL ▾

EMPRESAS ▾

COMUNICAÇÃO ▾

CONSULTAR PROTOCOLO

Protocolo: 2020009312**Interessado:** EUDALDO ALVES FERREIRA**Expediente:** Certidão de Acervo Técnico-CAT com Registro de Atestado**Data de inclusão:** 20/02/2020 - 13:13**08/06/2020 - 13:37 - COORDENADORIA DE ACERVO TÉCNICO (CATE)****Data do Despacho:** 08/06/2020 - 13:37**Despachante:** COORDENADORIA DE ACERVO TÉCNICO (CATE)**Sector de Destino:** INSPETORIA DE RONDONÓPOLIS**21/05/2020 - 10:02 - INSPETORIA DE RONDONÓPOLIS****Data do Despacho:** 21/05/2020 - 10:02**Despachante:** INSPETORIA DE RONDONÓPOLIS**Data do Recebimento:** 05/06/2020 - 08:59**Sector de Destino:** COORDENADORIA DE ACERVO TÉCNICO (CATE)**04/03/2020 - 17:08 - COORDENADORIA DE ACERVO TÉCNICO (CATE)**

Atendimento Online

A fl
PC
Jm

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso - CREA/MT

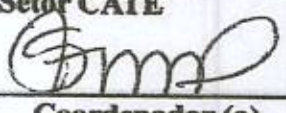
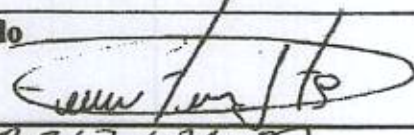
DEVOLUÇÃO DE REQUERIMENTO DE CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

Estamos devolvendo o pedido de CAT com registro de atestado, protocolado sob nº 2020009312 do profissional **EUDALDO ALVES FERREIRA**, devido às inconformidades que foram encontradas e que impossibilitaram a emissão da referida certidão, são elas:

DESCRIÇÃO DAS INCONFORMIDADES

- ➡ A atividade de Execução de Projeto não é a registrada na ART nº 1701480, corrigir a descrição no Atestado colocando a atividade Execução de Rede, pois execução de projeto passa o entendimento que foi efetuado o projeto executivo.

PARA EMISSÃO DA CAT COM REGISTRO DE ATESTADO, SERÁ FEITA COM UM PRAZO 5(CINCO) DIAS ÚTEIS, CONFORME RESOLUÇÃO Nº 1025/2009, Art. 63, § 1º O requerimento será deferido somente se for verificada sua compatibilidade com o disposto nesta resolução. § 2º Compete ao Crea, quando necessário e mediante justificativa, solicitar outros documentos ou efetuar diligências para averiguar as informações apresentadas.

Setor CATE  Coordenador (a) Susana Pacheco Pereira Engª Ambiental Coordenadora do Acervo Técnico-CATE Portaria 026/2019 - CREA-MT	Setor CATP Atendente	Interessado  CPF: 000.367.621-80
--	---	---

Cuiabá, 04/03/2020.

[Handwritten signatures and initials in the bottom right corner]

Confea adota medidas contra a pandemia de coronavírus

PMAG
Fls. 756
Rub. *km*

A pandemia de coronavírus (COVID-19) alterou a rotina de funcionamento do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea). Antecipando-se a uma orientação mais específica por parte do governo federal e ampliando a atenção para além dos grupos de risco definidos pelo ministério da Saúde, e por prazo indeterminado, enquanto permanecer a emergência, o Confea publicou, nesta segunda (16) a Portaria nº 105/2020, que prevê, entre outras medidas, o trabalho remoto ou teletrabalho, a ser realizado por funcionários e ainda a suspensão de eventos nas dependências do Conselho. Com sua autonomia administrativa, os Creas também estão tomando iniciativas similares. Entre empregados, estagiários e terceirizados (de áreas como transporte, limpeza, segurança, vigilância, manutenção, passagens e brigada de incêndio), o Confea possui 257 prestadores de serviço.

A portaria define ainda que a realização de eventos nas dependências do Conselho, os afastamentos para missão oficial no exterior e ainda os deslocamentos de empregados para a fiscalização dos contratos de Patrocínio e de locação de estandes também se encontram suspensos, por tempo indeterminado. "Ainda estamos definindo quanto à realização das próximas plenárias, comissões permanentes, especiais, grupos de trabalho e comissões temáticas, o que deve acontecer ainda esta semana", pondera o superintendente de Estratégia e Gestão do Confea, Renato Barros.

Fatores de Risco para complicações (ministério da Saúde):

- Grávidas em qualquer idade gestacional, puérperas até duas semanas após o parto (incluindo as que tiveram aborto ou perda fetal)
- Indivíduos que apresentem:
 - Pneumopatias (incluindo asma);
 - Cardiovasculopatias;
 - Nefropatias;

AB
km
gc

-Hepatopatias;

- Doenças hematológicas (incluindo anemia falciforme);
- Distúrbios metabólicos (incluindo diabetes mellitus descompensado);

- Transtornos neurológicos que podem comprometer a função respiratória ou aumentar o risco de aspiração (disfunção cognitiva, lesões medulares, epilepsia, paralisia cerebral, síndrome de Down, atraso de desenvolvimento, acidente vascular cerebral (AVC) ou doenças neuromusculares);

- Imunossupressão (incluindo medicamentos ou pelo vírus da imunodeficiência humana);

- Obesidade

- Indivíduos menores de 19 anos de idade em uso prolongado de ácido acetilsalicílico (risco de síndrome de Reye);

- Adultos > 60 anos;

- Crianças < 2 anos;

- População indígena

Ações internas:

"Também foram tomadas medidas para mitigar os riscos entre os funcionários que permanecerão trabalhando na casa, ampliando a disponibilização de álcool gel e intensificando a limpeza e desinfecção de superfícies nas áreas de acesso público, escadas e elevadores", conforme a gerente de Infraestrutura do Confea, Gerusa de Paula Vaz. Foram também suspensos os registros eletrônicos de ponto, adotando-se o uso por meio do portal interno de Recursos Humanos.

"Procuramos nos orientar pelas informações oficiais e junto a diversas organizações, em termos de prevenção e também do teletrabalho, que será medido por meio do controle de entregas. Para isso, fizemos um levantamento em torno de medidas adotadas pelo Governo do Distrito Federal e de órgãos como o Tribunal de Contas da União (TCU) e ainda a Instrução Normativa nº 19, do ministério da Economia", descreve a gerente de Recursos Humanos do Confea, Ana Fabíola Costa Torres, informando que as medidas adotadas pelo Confea foram discutidas na última sexta-feira (13) junto a superintendentes, à chefia de gabinete e à presidência do Confea.

de
km *Ab* *PC*

Ex-gerente de Tecnologia da Informação da Casa, Renato Barros ressalta que boa parte das demandas do Confea podem ser amplamente contempladas pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI), implantado ao longo dos últimos anos. "Essa será a nossa primeira experiência com esse modelo, que já estava previsto no atual acordo coletivo de trabalho. Vai ser importante para verificarmos a viabilidade de irmos a adotar esse modelo no futuro. A TI do Confea está preparada para atender a essa demanda", descreve.

Reflexos no Sistema:

"Respeitamos a autonomia dos Conselhos Regionais, que já estão analisando medidas semelhantes, inclusive com a interrupção completa do atendimento ao público, como aconteceu no Crea-PE. Já outros Regionais, entraram em contato conosco, ao saber da nossa portaria", acrescenta o superintendente de Estratégia e Gestão do Confea.

A Gerência de Comunicação (GCO) também disponibilizou aos Creas e à Mútua as ilustrações que constam dessa matéria.

Henrique Nunes

Equipe de Comunicação do Confea

[assinaturas]

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

CNPJ: 03.133.097/0001-07
RUA DOM AQUINO 346
C.E.P.: 78770-000 - Alto Garças - MT

TOMADA DE PREÇO

Nr.: 4/2020 - TP

Processo Administrativo: 103
Processo de Licitação: 103
Data do Processo: 31/07.

Folha:

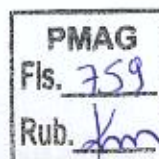
OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS PARA EXTENSÃO RDU DE BAIXA E ALTA TENSÃO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE ALTO GARCAS - MT, CONF. PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEM. DESCRITIVO, ESPEC. E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 23/2020 (Sequência: 1)

Ao(s) 16 de Setembro de 2020, às 13:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS, reuniram-se membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 131/2020, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 103/2020, Licitação nº. 4/2020 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:



ELÉTRICA CONFIANÇA LTDA, ELETTRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA-ME

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas por a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão

- INICIALMENTE FOI RECEBIDO O CREDENCIAMENTO DAS EMPRESAS ELÉTRICA CONFIANÇA LTDA, ELETTRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA-ME ONDE PROCEDEU-SE O EXAME DOS DOCUMENTOS OFERECIDOS PELOS INTERESSADOS PRESENTES, VISANDO A COMPROVAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE PODERES PARA FORMULAÇÃO DE PROPOSTA E PRÁTICA DOS DEMAIS ATOS DE ATRIBUIÇÃO DO LICITANTE, QUE NA OPORTUNIDADE FORAM VISTADAS PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E DEMAIS PRESENTES. A PRESIDENTE COMUNICOU O ENCERRAMENTO DO CREDENCIAMENTO, RESTANDO TODAS APTAS À PARTICIPAÇÃO, EM SEGUIDA ANALISOU AS DECLARAÇÕES DAS LICITAÇÕES DE QUE ATENDIAM PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO ESTABELECIDAS NO EDITAL E FORAM RECOLHIDOS OS DOIS ENVELOPES CONTENDO A PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, RESPECTIVAMENTE. IMPORTANTE REGISTRAR A PRESENÇA DO SR. ANTONIO EDSON PEREIRA E DO SR. KRISTYAN VANNBAT FERREIRA DA EQUIPE TÉCNICA DE ENGENHARIA DA PREFEITURA MUNIC. DE ALTO GARCAS, PARA ANALISAR AS QUESTÕES TÉCNICAS E ASSESSORAR ESTA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO. DA ABERTURA DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO, TEMOS A REGISTRAR QUE A EMPRESA ELETTRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA-ME, ENCONTRA-SE HABILITADA, TENDO EM VISTA QUE ATENDERAM AS EXIGÊNCIAS DO ATO CONVOCATÓRIO. JÁ A EMPRESA ELÉTRICA CONFIANÇA LTDA, FORA INABILITADA DEVIDO APRESENTAR A CAT 280229 SEM REGISTRO DE ATESTADO DOCUMENTO EM DESACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO ITEM 10.1.2.E ONDE É SOLICITADO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DEVIDAMENTE REGISTRADO COM A CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO EMITIDA PELO CREA INFORMANDO A EXECUÇÃO DO SERVIÇO. A EMPRESA ELÉTRICA CONFIANÇA LTDA INCONFORMADA COM A DECISÃO PROFERIDA POR ESTA COMISSÃO MANIFESTA INTERESSE DE RECURSO POR CONSIDERAR QUE O DOCUMENTO APRESENTADO PREENCHE OS REQUISITOS DA LICITAÇÃO. NESTE SENTIDO ABRE-SE PRAZO PARA RECURSO, OBEDECENDO AOS DISPOSTOS NO ARTIGO 109, COM SUAS ALÍNEAS, INCISOS E PARÁGRAFOS, DA LEI 8.666/93 (ITEM 13.2.6). NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, ENCERRAMOS A SESSÃO, NA QUAL EU A PRESIDENTE, EQUIPE DE APOIO E DEMAIS PRESENTES ASSINAMOS A PRESENTE ATA.

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

TOMADA DE PREÇO

Nr.: 4/2020 - TP

CNPJ: 03.133.097/0001-07
RUA DOM AQUINO 346
C.E.P.: 78770-000 - Alto Garças - MT

Processo Administrativo: 103
Processo de Licitação: 103
Data do Processo: 31/07

Folha:

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Alto Garças, 16 de Setembro de 2020

COMISSÃO:

ANNE CAROLINE A. FREIER GIRARDELLO -

EQUIPE DE APOIO -

EQUIPE DE APOIO -

PMAG
Fls. 760
Rub. *[assinatura]*

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ALTAIR PECHINI NUNES DE SIQUEIRA - - Representante

SILVIO GONÇALO DA SILVA - - Representante

KRISTYAN VANNBAT FERREIRA - - Eng. Civil Municipio

ANTONIO EDSON PEREIRA - - Eng. Civil Municipio

[assinaturas manuais]

Recurso Administrativo apresentado pela empresa ELÉTRICA CONFIANÇA LTDA

Licitacao AG <licitacaoag2017-2020@hotmail.com>

Ter, 22/09/2020 15:37

Para: eletricaradiante@hotmail.com <eletricaradiante@hotmail.com>; eletricaradiante01@gmail.com <eletricaradiante01@gmail.com>; licitacaordl@hotmail.com <licitacaordl@hotmail.com>; ginesio@bol.com.br <ginesio@bol.com.br>; sbeltraomt@hotmail.com <sbeltraomt@hotmail.com>



1 anexos (11 MB)

RECURSO SOBRE HABILITAÇÃO-ELÉTRICA CONFIANÇA LTDA.pdf;

Prezados(as) Senhores(as)

Encaminhamos em anexo Recurso Administrativo apresentado pela empresa ELÉTRICA CONFIANÇA LTDA, tendo em vista a decisão proferida sobre a Tomada de Preços n. 004/2020 cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS PARA EXTENSÃO RDU DE BAIXA E ALTA TENSÃO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT, CONF. PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEM. DESCRITIVO, ESPEC. E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

Com relação ao recurso manifestado, encontra respaldo no disposto do item 13.2.6 do ato convocatório, transcritos abaixo:

13.2.6. Na hipótese de interposição de recursos, a Comissão de Licitação obedecerá aos dispostos no artigo 109, com suas alíneas, incisos e parágrafos, da Lei 8.666/93.

No item 14.3 do ato convocatório bem como no art. 109, § 3º da Lei 8.666/93, rege que "Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis."

Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados junto a Comissão Permanente de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal, em dias úteis, no horário das 12:00 às 18:00 horas.

As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, inclusive eletrônico, razão social e telefone para contato), por e-mail (licitacaoag2017-2020@hotmail.com), e posteriormente junto ao Serviço de Protocolo do órgão licitador ou diretamente ao (a) Presidente.

Atenciosamente,

Depto. Licitações e Contratos



Antes de imprimir pense na SUA responsabilidade e no SEU compromisso com o MEIO AMBIENTE

Handwritten signatures and initials in blue ink.



ATA DE JULGAMENTO SOBRE RECURSO

REFERÊNCIA: TOMADA DE PREÇO Nº 004/2020

Trata-se da análise de recurso sobre a decisão da Comissão Permanente de Licitação, interposta pela empresa **ELÉTRICA CONFIANÇA LTDA.**

DA TEMPESTIVIDADE

O recurso foi protocolizado por meio físico com o envio da peça recursal junto ao Setor de Licitações e Contratos, no dia 22/09/2020 (terça-feira) às 15h37min.

O Edital no item 13 "DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO", sub-item:

13.2.6. Na hipótese de interposição de recursos, a Comissão de Licitação obedecerá aos dispostos no artigo 109, com suas alíneas, incisos e parágrafos, da Lei 8.666/93.

Ainda, no item 14 "DOS RECURSOS", nos sub-itens:

14.2. Os recursos serão dirigidos à Comissão Permanente de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los, devidamente informados, para apreciação e decisão da autoridade superior, devendo neste caso a decisão ser proferida dentro do prazo de (cinco) dias úteis, contado do recebimento do processo, sob pena de responsabilidade. (*grifo nosso*)

14.3. Interposto o recurso será comunicado aos demaís licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis. (*grifo nosso*)

A data da sessão foi realizada no dia 16.09.2020, pelo que se reconhece a tempestividade do recurso apresentado nos termos art. 109, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93 (Lei de Licitações).

DAS CONTRARAZÕES

[Assinaturas manuscritas]



Por sua vez, a empresa ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA ME, não se manifestou quanto ao recurso apresentado pela empresa ELÉTRICA CONFIANÇA LTDA.

Assim sendo, todos os protocolos realizados nesta fase foram cumpridos, sendo os mesmos tempestivos.

DOS ARGUMENTOS DA IMPUGNANTE

Alega a recursante, neste caso a empresa ELÉTRICA CONFIANÇA LTDA, em síntese, que apresentou proposta almejando ser contratada, e que depois de ter sido habilitada no pleito, teve a sua proposta desclassificada durante a abertura da documentação, sob alegação que a mesma deixara de apresentar o registro de atestado de capacidade técnica sob nº CAT 2602229 junto ao CREA/MT local e que, estaria em desacordo com as exigências do termo licitatório.

Desta forma, a recursante, essencialmente, alega que a decisão da Comissão Permanente de Licitação deve ser reformada, pois esclarece que a ausência involuntária da apresentação do atestado deu-se tão somente por culpa exclusiva do CREA/MT, acreditando-se por igual modo que tenha sido involuntária, ao não responder em tempo hábil ao oportuno pedido da recursante dito atestado via protocolo (em anexo), por certo motivada pelas medidas protetivas contra a atual pandemia de Coronavírus – COVID/19 que assola o país e o mundo, de todos sabido. Alega ainda que a qualificação técnica tem a finalidade de aferir a aptidão técnica do licitante conferindo pleno conhecimento técnico para a execução do contrato, caso se sagre vencedor do certame. Portanto em suas diversas argumentações, alega o recursante que a apresentação de atestados visa tão somente demonstra que os licitantes já executaram, anteriormente, objetos compatíveis em características com aquele definido e almejado na licitação, tendo por finalidade resguardar o interesse da Administração, entendendo que deveria ter sido realizado diligência, indagando ao CREA/MT se já havia resposta ao protocolo anunciado, repudiando este pelo formalismo desimportante. E, finalmente entende que o ato desclassificatório foi desproporcional e desarrazoado, uma vez que culpa exclusivamente a terceiros (CREA/MT), possivelmente devido as circunstâncias atípicas vividas pelo presente momento.

DO PEDIDO

Em síntese, requer a recursante que:

- a) seja declarado nulo o julgamento das propostas em todos os seus termos;

[Assinaturas manuscritas]



**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO

Gestão 2017/2020



b) seja, alternativamente, proferida pela CPL novo julgamento, considerando a juntada do competente registro do atestado da retromencionada CAT, validando a proposta da recorrente para alcançar o adequado resultado classificatório;

c) na espera disso não ocorrer, faça o presente subir à autoridade superior.

ANÁLISE

Cumpre ressaltar, de logo, que para fins de elucidação de questionamentos precedentes da recorrente que este processo licitatório trata-se da modalidade tomada de preços pelo qual é julgado por comissão competente, instituída por portaria designada pelo prefeito municipal, de acordo com a lei, que nada tem a ver com pregão e logo, pregoeira. Nota-se que houve uma mistura de informações desencontradas por parte da recorrente, como o fato de que fora habilitada no pleito, e também de que os envelopes das propostas foram abertos, e que antes das etapas de lances deveriam se retirar da sala, portanto não merecendo prosperar, uma vez que todos os atos ali praticados durante a sessão em epígrafe, foram registradas em ata, dos quais a recorrente tem conhecimento.

Pois bem, sobre sua condição de inabilitação, a recorrente deixou de atender as exigências do ato convocatório, vejamos o disposto do item 10.1.2. "DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA", em seu sub-item:

e) Comprovação da Qualificação Técnica Operacional, em nome da empresa Licitante, mediante a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, devidamente registrado no CREA/CAU, juntamente com a respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT, emitida pelo CREA/CAU, de execução de serviços, quais sejam, devendo comprovar no mínimo os seguintes serviços: (grifo nosso)

A recorrente atribui a falha ao CREA/MT, bem como a Pandemia COVID-19, das juntadas ao recurso nota-se que o pedido junto ao CREA/MT, ocorreu no mesmo dia da sessão, dia 16/09 às 16h49min, e sua CAT - Certidão de Acervo Técnico, fora emitido em 21 de setembro de 2020. Entendemos que a recorrente teve prazo suficiente de regularizar sua documentação, uma vez que este certame licitatório estava inicialmente previsto para o dia 24/08/2020, e devido sua retificação ao edital, este prazo se estendeu até o dia 16/09/2020, pelo que reconhecemos recebeu seu CRC - Certificado de Registro Cadastral, desde o dia 18/08/2020. Ante os argumentos expostos pela recorrente, alega ser uma empresa sólida e que vem atuando há anos nesse seguimento, para tanto não deveria pegar seu acervo em cima da hora, poderia tê-lo nestes vários anos de serviços executados, pois o CAT não perde seu valor, e os serviços já prestados podem ser registrados assim que concluídos, atendendo perfeitamente o previsto no ato convocatório.



**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO
Gestão 2017/2020



Caso esse documento já estivesse sido disponibilizado antes mesmo da entrega dos envelopes, poderia ter sido impresso e apresentado no envelope, fato este não ocorrido, mais não tentar incluí-lo após a abertura da sessão. Consta no edital, item 11.5 “DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO”, em seu sub-item:

11.5.5. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos neste Edital e seus anexos, salvo os casos previstos na LC 123/2006; *(grifo nosso)*

Bem como, no item 13.2. “JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO”, em seu sub-item:

13.2.8. Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar qualquer dos documentos relacionados no item 10 do presente Edital ou os apresentar em desacordo com as exigências do presente Edital.

Portanto, seguir um procedimento formal definido no edital e, principalmente, na Lei de Licitações, sem, contudo, permitir que a referida formalidade que visa atribuir segurança jurídica ao certame se confunda com os rigorismos desnecessários que ora pretende ver prevalecer a recorrente, pois colocam em xeque a razoabilidade, a proporcionalidade e o interesse público.

Nesse sentido, nos parece que faltou por parte da recorrente a realização de uma interpretação sistemática das disposições editalícias, o que lhe permitiria uma visão mais adequada, que certamente afastaria a sua pretensão de questionar os atos da Comissão, que por sua vez, está pautada na manutenção da ampla competição e na busca incessante a condição mais vantajosa à Administração Pública.

Para esclarecer novamente, o procedimento adotado nesta TP 004/2020, após a sessão de abertura dos envelopes, as verificações dos requisitos de qualificação técnica, foram realizadas com acompanhamento de equipe técnica na área de engenharia desta Prefeitura Municipal, o qual tem conhecimento para dirimir as questões em conteúdo.

Portanto, totalmente transparente o procedimento, podendo qualquer interessado confirmar nos autos do processo. Dessa forma, com a estrita observância do conteúdo do edital e do entendimento jurisprudencial dominante, adotando todos os cuidados necessários para obtenção do resultado correto, justo e isonômico, não deverá ser acolhido o recurso manifestado.



DECISÃO

Face ao exposto, a Comissão Permanente de Licitação, fundamentada nos termos do edital, e com base no princípio da vinculação ao instrumento convocatório, na melhor doutrina, na jurisprudência dominante e nos dispositivos da Lei 8.666/93, resolve conhecer do recurso interposto pela ELÉTRICA CONFIANÇA LTDA, para no mérito:

1 – NEGAR PROVIMENTO ao presente recurso, para, em consonância com os princípios e normas que regem a licitação, manter todos os atos praticados até então no bojo da TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020.

2- Atribuir eficácia hierárquica ao presente recurso, submetendo-a a apreciação do Sr. Prefeito Municipal para ratificação ou reforma da decisão.

Alto Garças – MT, 06 de outubro de 2020.

[Assinatura]

ANNE CAROLINE A. FREIER GIRARDELLO
Presidente

Membros:

[Assinatura]

LUANA CRISTINA BATISTA

[Assinatura]

KARINNE M. DOS SANTOS MOTA



DECISÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

RATIFICO a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, tendo em vista a ata de julgamento em anexo, reconhecendo o Recurso impetrado e INDEFERINDO o pedido da empresa ELÉTRICA CONFIANÇA LTDA, conforme consta nos autos do Processo Licitatório n. 103/2020 – Tomada de Preços n. 004/2020, cujo objeto é o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS PARA EXTENSÃO RDU DE BAIXA E ALTA TENSÃO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT, CONF. PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEM. DESCRITIVO, ESPEC. E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

Publique-se no site da Prefeitura Municipal de Alto Garças e intime-se enviando cópia na íntegra da decisão a todos os participantes do certame licitatório.

Alto Garças - MT, 07 de outubro de 2020.

CLAUDINEI SINGOLANO
Prefeito Municipal



AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO.

TOMADA DE PREÇOS N. 004/2020.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 103/2020.

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Presidente e Membros da Comissão Permanente de Licitação, torna público e comunica aos interessados na licitação em epígrafe, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS PARA EXTENSÃO RDU DE BAIXA E ALTA TENSÃO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT, CONF. PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEM. DESCRITIVO, ESPEC. E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, o resultado do julgamento do recurso interposto pela empresa **ELÉTRICA CONFIANÇA LTDA**, cuja decisão definitiva é o seguinte:

Mantém **desclassificada** a empresa **ELÉTRICA CONFIANÇA LTDA**, tendo em vista que a decisão da Comissão de Licitação foi submissa à legislação vigente.

Devido a decisão proferida, esta Comissão decide por **CONVOCAR** os interessados neste certame, para a sessão pública de abertura da proposta de preços, no dia 08/10/2020 (quinta-feira), às 15h00min.

Informamos, ainda, que o inteiro teor do Julgamento do Recurso Administrativo encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino nº 346, Centro – Alto Garças /MT e no site <http://www.altogarcas.mt.gov.br>.

Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail: licitacaoag2017-2020@hotmail.com e telefone (66) 3471-2450/3471-1155.

Alto Garças - MT, 07 de outubro de 2020.

[Assinatura]
ANNE CAROLINE A. FREIER GIRARDELLO
Presidente da CPL

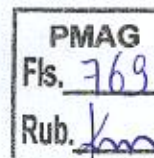


Ata de Julgamento sobre Recurso Administrativo interposto pela empresa ELÉTRICA CONFIANÇA LTDA

Licitacao AG <licitacaoag2017-2020@hotmail.com>

Qua, 07/10/2020 15:26

Cco: eletricaradiante01@gmail.com <eletricaradiante01@gmail.com>; eletricaradiante@hotmail.com <eletricaradiante@hotmail.com>; licitacaordl@hotmail.com <licitacaordl@hotmail.com>; ginesio@bol.com.br <ginesio@bol.com.br>; sbeltraomt@hotmail.com <sbeltraomt@hotmail.com>; contato@eletricaconfianca.com <contato@eletricaconfianca.com>; altair.confianca@eletricaconfianca.com <altair.confianca@eletricaconfianca.com>; Sec Obras <obrasag2017-2020@hotmail.com>; KRISTYAN VANNBAT <kv.eng.civil@gmail.com>; Antonio Edson <engenheiroedson@gmail.com>



2 anexos (2 MB)

ATA DE JULGAMENTO - TP 004-2020 - ELETRICA CONFIANÇA LTDA.pdf; DECISÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR.pdf;

Prezados(as)

Em anexo encaminhamos Ata de Julgamento sobre Recurso Administrativo interposto pela empresa ELÉTRICA CONFIANÇA LTDA, relativo a Tomada de Preços n. 004/2020 cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS PARA EXTENSÃO RDU DE BAIXA E ALTA TENSÃO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO DE ALTO GARÇAS - MT, CONF. PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEM. DESCRITIVO, ESPEC. E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, bem como, Decisão da Autoridade Superior, para apreciação.

Devido a decisão proferida, esta Comissão Permanente de Licitação decide por CONVOCAR os interessados neste certame, para a sessão pública de abertura da proposta de preços, a saber, dia 08/10/2020 (quinta-feira), às 15h00min.

A decisão encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino nº 346, Centro – Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail licitacaoag2017-2020@hotmail.com, pelo site www.altogarcas.mt.gov.br ou pelo telefone (66) 3471-2450/3471-1155.

É o que temos a relatar.

Atenciosamente,

Anne Caroline A. Freier Girardello
Presidente
Comissão Permanente de Licitações
Prefeitura Municipal de Alto Garças
(0xx66) 3471-1155



Antes de imprimir pense na SUA responsabilidade e no SEU compromisso com o MEIO AMBIENTE

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA****RESULTADO TOMADA DE PREÇOS 023/2020**

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia - Estado de Mato Grosso, situada na Rua Avenida Carlos Huguene, n.º 572 Centro, Alto Araguaia-MT, CEP 78.780-000 por meio da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento de todos que do julgamento do certame supracitado cujo objeto trata-se de **Contratação de Empresa Para Pavimentação Asfáltica em TSD com Capa Selante e Banho Diluído no Bairro Professora Maria das Graças, Nas Ruas E, F, G e H, Conforme Emenda Parlamentar 202023760004**, sagrou-se vencedora do certame a empresa: **A R Couto Ribeiro ME** no valor total de **R\$ 430.068,54** (Quatrocentos e trinta mil sessenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos). Informações mais detalhada com a CPL pelo fone (66) 3481-1165, e_mail: lici.altoaia@gmail.com.

Alto Araguaia, 07 de Outubro de 2020.

Juliane Ribeiro Teles

Presidente da CPL

Publicar: 65-99228-9990

PMAG
Fls. 330
Rub. *[assinatura]*

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS**AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO. TOMADA DE PREÇOS N. 004/2020. PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 103/2020.**

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Presidente e Membros da Comissão Permanente de Licitação, torna público e comunica aos interessados na licitação em epígrafe, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS PARA EXTENSÃO RDU DE BAIXA E ALTA TENSÃO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT, CONF. PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEM. DESCRITIVO, ESPEC. E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, o resultado do julgamento do recurso interposto pela empresa **ELÉTRICA CONFIANÇA LTDA**, cuja decisão definitiva é o seguinte: mantém **desclassificada** a empresa **ELÉTRICA CONFIANÇA LTDA**, tendo em vista que a decisão da Comissão de Licitação foi submissa à legislação vigente. Devido a decisão proferida, esta Comissão decide por **CONVOCAR** os interessados neste certame, para a sessão pública de abertura da proposta de preços, no dia 08/10/2020 (quinta-feira), às 15h00min. Informamos, ainda, que o inteiro teor do Julgamento do Recurso Administrativo encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n.º 346, Centro - Alto Garças /MT e no site <http://www.altoгарcas.mt.gov.br>. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail: licitacaoag2017-2020@hotmail.com e telefone (66) 3471-2450/3471-1155. Alto Garças - MT, 07 de outubro de 2020. Anne Caroline A. Freier Girardello - Presidente da CPL.

RETIFICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 028/2020**

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna para conhecimento dos interessados, a **RETIFICAÇÃO** relacionada abaixo referente à publicação do **AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA**, publicado no Diário Oficial do Estado do dia 07/10/2020, página 220 e Diário Oficial de Contas do dia 07/10/2020, páginas 27 e 28.

Onde se lê: **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2020**Leia-se: **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 028/2020**

Maiores informações no Setor de Licitações, em dias úteis, no horário das 13h00min às 18h00min, através do telefone 066 3471-2450/1155. Alto Garças, 07 de outubro de 2020. Alessandra da Silva Dias - Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS****AVISO DE LICITAÇÃO - CONVITE 007/2020**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO REMANESCENTE DE OBRAS E SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA NO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS-MT, PROVENIENTE DO TERMO DE CONVÊNIO N.º 121/2015, QUE CELEBRAM O ESTADO DE MATO GROSSO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE CIDADES/SECID E A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS-MT. O MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS-MT, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que realizará às 09:00 horas, No dia 19 de Outubro de 2020. LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONVITE, regida pela Lei 8.666/93, para contratação do objeto supracitado. Foram convidados três participantes nos termos do § 3º do art. 22 da Lei 8.666/93, ficando o convite estendido aos demais cadastrados no ramo que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 horas daquela marcada para apresentação das propostas. Outras informações e edital completo poderão ser retiradas na sala de licitação da Prefeitura, com a Comissão Permanente de Licitação, Arenópolis-MT, 07 de Outubro de 2020.

RODRIGO PAULINO DE MATOS - PRESIDENTE DA CPL

ASPLEMAT Publicações 65.3642-6515

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUANÁ**RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL
SISTEMA REGISTRO DE PREÇO N.º 69/2020**

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial/Sistema Registro de Preço que trata o Edital n.º 69/2020, levado a efeito às 08h00min do dia 01/10/2020, sagraram-se vencedoras: a empresa **F K PRODUTOS ODONTOLÓGICOS EIRELI**, inscrita no CNPJ N.º 12.655.741/0001-90 vencedora de 78 itens totalizando R\$ 164.488,25, e a empresa **HIPERDENTAL COM. DE PROD. ODONT. E MÉDICO-HOSPITALAR LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ N.º 13.994.852/0001-93 vencedora de 67 itens totalizando R\$171.498,50. Maiores informações poderão ser adquiridas pelo site <http://www.aripuanã.mt.gov.br>, pelo e-mail licitacao@aripuanã.mt.gov.br, ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã - MT, 07 de outubro de 2020.

Tamara Piran da Silva. Pregoeiro

K3 Publicações em Jornais (65) 3052-2600

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS****AVISO DE ALTERAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO N.º 08/2020**

O Pregoeiro do Município de Campinópolis - MT torna pública a Alteração do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.º 08/2020, publicado no Diário Oficial do Estado no dia 07/10/2020, Edição n.º 27.852, página 220, quanto a data da abertura da sessão, fazendo sua prorrogação para o dia 20/10/2020. Informações site: <http://www.campinopolis.mt.gov.br>. Fone: (66) 3437-1992. Campinópolis - MT, 07/10/2020.

Ricardo Macelly Veloso Silva - Pregoeiro.

ASPLEMAT Publicações 65.3642-6515

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS**EXTRATO****DISPENSA DE LICITAÇÃO 42/2020**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT
FORNECEDOR: QUINTINO PSIQUIOATRIA, ALCOOL E DROGAS EIRELI
VIGÊNCIA: O presente terá validade de 06 (seis) meses, tendo início na assinatura do contrato. **OBJETO:** Contratação de clínica especializada em tratamento de transtornos psiquiátricos para atender a demanda judicial do processo n.º 4111-64.2018.811.0050. **DO FUNDAMENTO LEGAL:** Dispensável a licitação nos moldes do Art. 24, IV, da Lei 8.666/93 por se tratar de casos de emergência, ou quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas (...). **VALOR TOTAL:** R\$ 58.295,00 (cinquenta e oito mil e duzentos e noventa e cinco reais)

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO, LIMPEZA, RECARGA DE GÁS EM AR CONDICIONADO PREDIAL E REPARO EM GELADEIRA, FREEZER, REFRIGERADORES, BEBEDOUROS, FOGÃO INDUSTRIAL, MICROONDAS E MAQUINAS DE LAVAR COMUM E INDUSTRIAL, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos, sendo a licitação declarada **DESERTA** por ausência de participantes interessados. Maiores informações no Setor de Licitações, em dias úteis, no horário das 13h00min às 18h00min, através do telefone 066 3471-2450/1155. Alto Garças, 06 de outubro de 2020. Alessandra da Silva Dias - Pregoeira Oficial.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO. TOMADA DE PREÇOS N. 004/2020. PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 103/2020.

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Presidente e Membros da Comissão Permanente de Licitação, torna público e comunica aos interessados na licitação em epígrafe, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS PARA EXTENSÃO RDU DE BAIXA E ALTA TENSÃO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT, CONF. PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEM. DESCRITIVO, ESPEC. E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, o resultado do julgamento do recurso interposto pela empresa **ELÉTRICA CONFIANÇA LTDA**, cuja decisão definitiva é a seguinte: mantém **desclassificada** a empresa **ELÉTRICA CONFIANÇA LTDA**, tendo em vista que a decisão da Comissão de Licitação foi submissa à legislação vigente. Devido a decisão proferida, esta Comissão decide por **CONVOCAR** os interessados neste certame, para a sessão pública de abertura da proposta de preços, no dia 08/10/2020 (quinta-feira), às 15h00min. Informamos, ainda, que o inteiro teor do Julgamento do Recurso Administrativo encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino nº 346, Centro - Alto Garças /MT e no site <http://www.alto Garcas.mt.gov.br>. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail: licitacaoag2017-2020@hotmail.com e telefone (66) 3471-2450/3471-1155. Alto Garças - MT, 07 de outubro de 2020. Anne Caroline A. Freier Girardello - Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PORTARIA Nº 249/2020 - NOMEAÇÃO FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº 249/2020

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai - MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Designar a (o) servidor (a) **MARIA ANGELA CEZIMBRA MACHADO**, brasileira, Servidor Público na função chefe de projetos e convênios, Portaria

nº209/2017, inscrito no CPF sob o nº 867.122.841-04, para exercer a função de **FISCAL DO SEGUINTE CONTRATO**:

Art.1.CONTRATO N.027/2020 referente a Tomada de Preço Nº 008/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a Empresa A S MORAIS ENGENHARIA, inscrito sob o CNPJ 27.820.772/0001-26, tendo por objetoCONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM TRATAMENTO SUPERICIAL DUPLO-TSD NAS DIVERSAS VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI-MT

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai - MT, 05 de Agosto de 2020.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL



PORTARIA Nº 249/2020 - NOMEAÇÃO FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº 249/2020

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai - MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Designar a (o) servidor (a) **MARIA ANGELA CEZIMBRA MACHADO**, brasileira, Servidor Público na função chefe de projetos e convênios, Portaria nº209/2017, inscrito no CPF sob o nº 867.122.841-04, para exercer a função de **FISCAL DO SEGUINTE CONTRATO**:

Art.1.CONTRATO N.027/2020 referente a Tomada de Preço Nº 008/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a Empresa A S MORAIS ENGENHARIA, inscrito sob o CNPJ 27.820.772/0001-26, tendo por objetoCONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM TRATAMENTO SUPERICIAL DUPLO-TSD NAS DIVERSAS VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI-MT

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai - MT, 05 de Agosto de 2020.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 014/2020**

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2020

O MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representada pela Pregoeira Oficial Srª JOSIELI FROES BRIANCINI, nomeada pela Portaria nº 486/2020, inscrita no CPF sob o nº 038.901.361-76 portadora da Carteira de Identidade nº 2019763-2 SSP/MT, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Presencial, para **REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2020**, publicada no Diário Oficial

de um lote maior

1 Remembramento é reagrupamento de lotes vizinhos para a formação de um lote maior

2 Art. 2º O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, observadas as disposições desta Lei e as das legislações estaduais e municipais pertinentes.

3 Código Tributário Municipal – Lei n.º 1.527/2006
4 Processos código 57355; 91273; 61920; 95353; 99162 e 1001667-23.2017 (PJE)

5 Processos código 57355; 91273; 61920; 95353; 99162 e 1003438-23.2017 (PJE)

6 Idem
7 Idem
8 Idem
9 Idem
10 Idem
11 Idem
12 Idem
13 Idem
14 Idem
15 Processos código 57355; 91273; 61920; 95353; 99162 e 1003441-23.2017 (PJE)

16 * Art. 142 Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único: A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional

17 ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário – 11 ed. ver. atual. e ampl. – Salvador – Ed. JusPodivm, 2017, p. 549.

18 Art. 278- Será sempre de 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento da notificação, o prazo mínimo para pagamento e máximo para impugnação do lançamento, se outro prazo não for estipulado especificamente nesta Lei.

19 Art. 278, código tributário municipal.

20 Valmir Pontes citado por Hugo de Brito Machado, Processo tributário / Hugo de Brito Machado Segundo. – 10. ed. rev. e atual. – São Paulo: Atlas, 2016.

21 Hugo de Brito Machado. Processo tributário / Hugo de Brito Machado Segundo. – 10. ed. rev. e atual. – São Paulo: Atlas, 2016.

PROCURADORIA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA – MT PARECER JURÍDICO n.º 189/2020

Assunto: Regularização de metragem lotes HP Castro – Pedido de reconsideração do Parecer Jurídico

Interessado: Departamento de Cadastro

Trata-se de requerimento encaminhado por e-mail em 17/08/2020 pela advogada Ana Lia Bertoso de Castro representante da empresa HP Castro solicitando reconsideração do Parecer Jurídico n.º 186/2020. É a síntese necessária.

o PARECER

Analisando o requerimento verifico que não foram trazidos novos argumentos ou argumentos que afastem o conteúdo do Parecer Jurídico n.º 186/2020, motivo pelo qual, RATIFICO o referido opinativo em sua integralidade.

Inclusive, há menção no requerimento da apresentação de Embargos à Execução (1001137-69.2018.8.11.0007), todavia até a presente data não houve julgamento de tais embargos, logo não há decisão judicial que influencie/reverta a análise administrativa.

Desta feita, INDEFIRO O PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO do Parecer Jurídico n.º 186/2020, devendo os autos retornarem ao Departamento de Cadastro para elaboração da decisão administrativa.

Em tempo, deverá o Departamento de Cadastro analisar/atualizar o endereço para notificações (inclusive constando o endereço virtual – e-mail – da advogada), verificando se é o caso de aplicação de multa à empresa HP Castro nos termos do CTM, que conforme informações da própria advogada, há anos não possui escritório físico da empresa mas não comunicou oportunamente a Prefeitura (ou seja, aparentemente descumprir sua obrigação de comunicar o Fisco da alterações de informações cadastrais essenciais).

Assim, em observância ao Princípio da Boa-Fé não pode a empresa se beneficiar da própria torpeza alegando que não recebeu os camês de IPTU, quando também reconhece que há anos não possui escritório físico da empresa, deixando de comprovar que comunicou tal situação oportunamente ao Fisco.

Alta Floresta-MT, 21 de agosto de 2020.

NAIARA ROSSA MORELLO
Procuradora Geral do Município
OAB-MT 17.433

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA

ATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA TOMADA DE PREÇOS 023/2020 – RESULTADO

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia – Estado de Mato Grosso, situada na Rua Avenida Carlos Huguene, nº 572 Centro, Alto Araguaia-MT, CEP 78.780-000 por meio da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento de todos que do julgamento do certame supracitado cujo objeto trata-se de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM TSD COM CAPA SELANTE E BANHO DILUIDO NO BAIRRO PROFESSORA MARIA DAS GRAÇAS, NAS RUAS E, F, G e H, CONFORME EMENDA PARLAMENTAR 202023760004, sagrou-se vencedora do certame a empresa: A R COUTO RIBEIRO ME no valor total de R\$ 430.068,54 (Quatrocentos e trinta mil sessenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos). Informações mais detalhada com a CPL pelo fone (66) 3481-1165, e-mail: lici.altoaia@gmail.com.

Alto Araguaia, 07 de Outubro de 2020.

Juliane Ribeiro Teles
Presidente da CPL

LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA
Avenida Carlos Huguene, nº 572, Centro, Alto Araguaia - MT.
CEP: 78.780-000 – Fone: (66) 3481-2885

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EPI (EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL) E ROUPARIAS PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS – EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Data: 22/10/2020.

Entrega dos Envelopes: Até as 08:00 horas (Brasília), do dia 22/10/2020.

Edital Completo: Afixado no endereço acima ou pelo e-mail lici.altoaia@gmail.com, site: <http://altoaraguaia.mt.gov.br/> e www.bilcompras.org.br.
Abertura do envelope Nº 01: As 08:00 horas, do dia 22 de Outubro de 2020, pelo site www.bilcompras.org.br.

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Alto Araguaia - MT, 07 de Outubro 2020.

Juliane Ribeiro Teles
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO. TOMADA DE PREÇOS N. 004/2020. PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 103/2020.

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Presidente e Membros da Comissão Permanente de Licitação, torna público e comunica aos interessados na licitação em epígrafe, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS PARA EXTENSÃO RDU DE BAIXA E ALTA TENSÃO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT, CONF. PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEM. DESCRITIVO, ESPEC. E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, o resultado do julgamento do recurso interposto pela empresa ELÉTRICA CONFIANÇA LTDA, cuja decisão definitiva é a seguinte: mantém desclassificada a empresa ELÉTRICA CONFIANÇA LTDA, tendo em vista que a decisão da Comissão de Licitação foi submetida à legislação vigente. Devido a decisão proferida, esta Comissão decide por CONVOCAR os interessados neste certame, para a sessão pública de abertura da proposta de preços, no dia 06/10/2020 (quinta-feira), às 15h00min. Informamos, ainda, que o inteiro teor do Julgamento do Recurso Administrativo encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino nº 346, Centro – Alto Garças/MT e no site <http://www.altogarcas.mt.gov.br>. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail: licitacaoag2017-2020@hotmail.com e telefone (66) 3471-2450/3471-1155.

Alto Garças - MT, 07 de outubro de 2020.

Anne Caroline A. Freier Girardello -
Presidente da CPL

RETIFICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 028/2020

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna para conhecimento dos interessados, a RETIFICAÇÃO relacionada abaixo referente à publicação do AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA, publicado no Diário Oficial do Estado do dia 07/10/2020, página 220 e Diário Oficial de Contas do dia 07/10/2020, páginas 27 e 28.

Onde se lê: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 004/2020
Leia-se: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 028/2020